

Pátio de minério da empresa no Amapá

Impactos socioambientais aumentam com exploração minerária em Pedra Branca do Amapari (AP)

DATA DE EDIÇÃO
15/08/2012

MUNICÍPIOS
AP - Pedra Branca do Amaparí
AP - Santana
AP - Serra do Navio

LATITUDE
-0,788

LONGITUDE
-51,8033

SÍNTESE

Com a implantação de projetos de mineração de ouro e ferro agravaram-se o desmatamento e a poluição dos rios em Pedra Branca do Amapari (AP). Em função de diversos problemas socioambientais provocados pela mineração no estado, os movimentos sociais organizaram o Comitê Acorda Amapá, integrado por diferentes redes para informar e mobilizar a população e acionar judicialmente as empresas.

APRESENTAÇÃO DE CASO

O estado do Amapá concentra uma das maiores reservas minerais brasileiras. Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a comercialização de minérios no estado atingiu, em 2008, um valor líquido de aproximadamente R$ 400 milhões, sendo oriunda principalmente de cinco substâncias minerais: ouro, ferro, caulim, cromita e água mineral (GONÇALVES, 2009).

Após o ciclo do manganês (1950-1990), iniciou-se, no estado, um novo ciclo mineral (CHAGAS et al., 2008), com a implantação de projetos de mineração de ouro e ferro, que tem provocado, dentre outros impactos, grande fluxo migratório, não só na área dos projetos, como no seu entorno, repetindo o que é uma constante na Amazônia: áreas com forte potencial mineral têm servido como atrativo para o êxodo de grande contingente populacional, que migra em busca de novas perspectivas de vida (GONÇALVES, 2009).

A criação de vários municípios amapaenses deveu-se, portanto, à forte influência das atividades de mineração que existiam ou existem em suas regiões, como é o caso de Vitória do Jari, Calçoene, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari (SIMÕES, 2009). Estes dois últimos municípios estão entre os mais afetados com o aumento populacional, por apresentarem grande vocação mineral (GONÇALVES, 2009).



Trem de Pedra Branca (AP) a Porto de Santana (AP)

A região de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari recebeu, no início da década de 1950, seus primeiros moradores, a maioria famílias de agricultores vindos principalmente do Pará. A ocupação por estas famílias coincide com a chegada da Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês S.A. (Icomi) na Serra do Navio e com a implantação da Estrada de Ferro do Amapá (EFA) (PEREIRA et al., 2004 apud GONÇALVES, 2009), que liga os municípios de Serra do Navio e Santana, sendo responsável pelo transporte de minério do interior do estado para o Porto de Santana, às margens do rio Amazonas (OCMAL, 2009).

No município de Pedra Branca do Amapari, com 9.495 km², e 8.182 habitantes (IBGE, 2009b), as principais explorações são de ouro e ferro (CHAGAS et al., 2008). O chamado projeto Amapari, de mineração de ouro, teve início no princípio dos anos 1990 com a mineradora Anglo Gold, que enfrentou uma série de obstáculos técnicos para realizar sua regularização ambiental. Em 2003, foi adquirida pela EBX Gold, do grupo EBX comandado pelo empresário Eike Batista

(CHAGAS; OLIVEIRA, 2008), que deu início ao funcionamento do complexo mínero-industrial Mineração Pedra Branca do Amapari (MPBA) (BRASIL MINERAL, 2005). Em 2004, a MPBA passou para o controle acionário da Wheaton River Minerals, que se fundiu com a GoldCorp. Em 2007, foi novamente vendida, passando para o controle da Peak Gold, empresa canadense criada especificadamente para operar as minas de ouro de Pedra Branca do Amapari, e da australiana Peak Mines. Atualmente, a MPBA pertence à canadense NewGold, que comprou os ativos em ações da Peak Gold (CHAGAS; OLIVEIRA, 2008).

Ao todo, a reserva de minério de ouro de Pedra Branca do Amapari é da ordem de 1,53 milhões de onças, com teor médio de 2,30 gramas de ouro por tonelada. Embora a vida útil da mina fosse estimada em 11 anos, no segundo semestre de 2008, suas atividades foram paralisadas, com previsão de retorno em junho de 2011, segundo o DNPM (NERY, 2008 apud SIMÕES, 2009).

Já a exploração de minério de ferro na região começou, em 2007, quando a MPBA resolveu estender suas atividades no estado, solicitando, de acordo com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), licença de instalação para explotar o minério. A empresa obteve a licença da Sema e iniciou, a partir daí, um processo de negociação com a empresa MMX, da holding EBX (OCMAL, 2009).

A MMX Amapá Mineração passou, então, a ter a seu dispor uma jazida com 285 milhões de toneladas de minério de ferro (OCMAL, 2009), que começou a ser explorada no segundo semestre de 2007 (SIMÕES, 2009). A iniciativa tinha como sócio a Centennial Asset Participações Amapá S.A., do grupo norteamericano Cleveland Cliffs, e previa o desenvolvimento de uma mina e a instalação de unidade de beneficiamento de minério de ferro com capacidade de produção anual de 6,5 milhões de toneladas. Para escoar a produção, a empresa teve de investir na Estrada de Ferro do Amapá (EFA) (LUNA, 2007). A MMX ganhou a concessão para explorar a EFA após vencer um processo licitatório bastante controverso (OCMAL, 2009) e assumiu também a operação do Terminal Portuário de Santana, dando origem ao chamado Sistema Integrado MMX Amapá (mina, estrada de ferro e porto) (BRASIL MINERAL, 2008).

Para apurar diversas irregularidades envolvendo a atuação do Grupo MMX no Amapá, dentre as quais a possível fraude no processo licitatório de concessão da estrada de ferro, a Polícia Federal realizou a operação Toque de Midas. A investigação encontrou indícios de direcionamento da licitação para que as empresas do grupo vencessem o certame. Tal direcionamento se daria como ajuste prévio de cláusulas favoráveis às empresas do grupo, principalmente as referentes à habilitação dos participantes no procedimento de licitação, afastando, dessa forma, demais interessados na concessão da estrada de ferro (OCMAL, 2009).

Outras irregularidades também foram constatadas. Embora a MMX Amapá possuísse licenciamento para as atividades de mineração e transporte do minério de ferro, faltando apenas a licença para as atividades siderúrgicas, o licenciamento não fora precedido pela aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pelo órgão responsável, infringindo o princípio constitucional que determina que a construção de qualquer obra que ofereça risco ao ambiente e às comunidades locais seja liberada após aprovação de um EIA (OCMAL, 2009). O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou, então, representação ao governo do Amapá pedindo que a MMX Amapá Mineração fosse punida por danos coletivos. Os procuradores solicitaram indenização de US$ 35,7 milhões, o que correspondia a 10% dos aportes da MMX no estado (BRASIL MINERAL, 2007).

Além de ações legais contra a mineração no estado, os movimentos sociais criaram o Comitê Acorda Amapá, integrado por diferentes redes e organizações, que tem organizado seminários e outras atividades com o objetivo de informar a população a respeito dos impactos socioambientais e econômicos dos projetos na região (OCMAL, 2009). Uma das maiores queixas dos movimentos sociais é a falta de transparência no processo de licenciamento ambiental da MMX. Além disso, há alegações sobre a existência de relacionamento entre a empresa e funcionários da Sema (MILANEZ, 2009).



Trem de Pedra Branca (AP) a Porto de Santana (AP)

Em meados de 2008, o Grupo MMX vendeu todo o sistema Amapá para a Anglo American. A partir desta transação, foi instituída a empresa Iron X (OCMAL, 2009), atualmente chamada de Anglo Ferrous Brazil (REUTERS, 2008). Sobre a produção de ferro gusa e aço, a Iron X afirmou que usaria carvão mineral para sua produção, e que parte da energia seria fornecida pela MPX [outra empresa da holding EBX]. Para isso, iniciou as construções da Pequena Central Hidrelétrica no rio Amapari e da usina termelétrica da Serra do Navio. A questão da produção e comercialização da energia foi motivo para intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), contrária à negociação de compra e venda pela MPX, que geraria um prejuízo de milhões aos consumidores do sistema (OCMAL, 2009).

No que diz respeito aos impactos ambientais em Pedra Branca do Amapari, apesar de a região estar submetida a

processos de atividades antrópicas há mais de um século, somente na última década, com a implantação dos projetos de Assentamentos do Incra e das minerações de ouro e ferro, é que os processos impactantes de natureza diversificada se intensificaram (GONÇALVES, 2009).

Tanto o ouro quanto o ferro são lavrados na região por métodos tradicionais a céu aberto (superficial), o mesmo acontecendo com a atividade informal, a garimpagem. Nas atividades a céu aberto, tem-se um maior aproveitamento da substância mineral, porém é neste tipo de lavra que acontecem os maiores riscos de impactos ambientais, produzindo maior quantidade de estéril, poeira em suspensão, vibrações e riscos de poluição das águas (GONÇALVES, 2009).

Além disso, com a implantação dos dois grandes projetos minerais de ouro e ferro, o desmatamento que antes estava restrito às pequenas lavouras e garimpos, voltou a tomar maiores proporções. Para sua implantação, foi necessária a abertura de novas estradas, a maior e mais recente delas, ligando o município de Pedra Branca do Amapari até o local da planta de lavra e beneficiamento do minério de ferro da Anglo Ferrous Brazil. Anteriormente, o acesso à área só era possível pela sede do município vizinho de Serra do Navio (GONÇALVES, 2009).

Nos trabalhos em campo, realizados em abril de 2007, para sua tese de mestrado em Biodiversidade Tropical pela Universidade Federal do Amapá, Paulo Cesar da Silva Gonçalves constatou o assoreamento de rios e córregos e turbidez nas águas do igarapé do William que corta a área dos projetos de mineração da MPBA (ouro) e da Anglo Ferrous Brazil (ferro), carreando em suas águas grande quantidade de material argiloso em suspensão, depositando-os nas margens e no leito do igarapé ao desembocar no rio Amapari, o principal da região (GONÇALVES, 2009).

De acordo com o pesquisador, há mais de um século, a garimpagem vem sendo realizada na região, e por serem ainda rudimentares as técnicas utilizadas com o emprego do mercúrio para a produção do ouro, rios, como o Amapari e seus afluentes, devem possuir níveis de contaminação em suas águas, informações estas que carecem de um estudo mais específico. Segundo o pesquisador, é evidente, no entanto, a decadência econômica dos garimpos provocada pela pressão exercida pelos órgãos ambientais, pela escassez do minério, ou até mesmo pela presença das mineradoras em procedimento de lavra ou mesmo pesquisa, que vêm negociando as áreas (GONÇALVES, 2009).

Quanto aos impactos sociais em Pedra Branca do Amapari, o crescimento acelerado da população causou o aumento da criminalidade, do consumo e tráfico de drogas, bem como da prostituição. Sem contar com o aumento no número de casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e de adolescentes grávidas. A concentração populacional tem se dado com maior frequência no perímetro urbano do município, porém reflexos também já se fazem notar no entorno da BR 210 (Perimetral Norte), dentro das terras indígenas Waiãpi (GONÇALVES, 2009).

Com o crescimento da população, os problemas de coleta e disposição do lixo também aumentaram, pois o município não possuía aterro sanitário. O lixo urbano começou a ser depositado em lixão a céu aberto, enquanto o lixo hospitalar era encaminhado para Serra do Navio para ser incinerado. O problema se estendeu até meados de 2009, quando, por força de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a Anglo Ferrous Brazil se comprometeu, no Ministério Público Estadual, a investir na criação de um aterro sanitário controlado. Em 15 de agosto de 2009, foi inaugurada a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos do município de Pedra Branca do Amapari. Segundo informações dos agentes públicos municipais, as mineradoras vêm realizando outros projetos voltados ao meio ambiente, mas a maioria se desenvolve somente através de palestras, cursos e campanhas para a sociedade (GONÇALVES, 2009).

Sendo assim, em 2009, a Promotoria de Justiça da Comarca de Serra do Navio ingressou com Ação Civil Pública contra as mineradoras MPBA e Anglo Ferrous Brazil, além do estado do Amapá e do Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP) (estes últimos por omissão na vigilância das atividades minerárias), em razão dos danos ambientais causados aos igarapés William, Taboca, Sentinela, Mário Cruz, Jornal e do córrego Braço, que se estendem pelas áreas de extração de ouro e ferro (CAVALCANTE, 2009).



Beneficiamento de minério de ferro

Apesar de o IMAP ter multado as empresas em R$ 1 milhão, esse valor foi considerado insignificante pela promotoria, tendo em vista a extensão dos danos ao meio ambiente e aos ribeirinhos. Além da reparação dos danos ambientais, o Ministério Público busca na justiça, em favor das famílias de ribeirinhos, uma indenização pelos danos materiais e morais (CAVALCANTE, 2009).

A promotoria requereu várias medidas liminares, dentre elas a realização de auditoria ambiental e a paralisação das atividades de movimentação de terra numa faixa de 200 m

das margens dos igarapés. Além disso, proibiram a demissão de empregados enquanto as mineradoras não se adaptarem à legislação ambiental (CAVALCANTE, 2009).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O minério de ferro é extraído no município de Pedra Branca, próximo ao rio Amapari, entre as latitudes 0°47'17"N – 0°51'28"N e longitudes 51°48'12"W – 51°53'21"W, na bacia do rio Araguari (que deságua na região costeira do norte oriental). O transporte desse minério é feito por uma ferrovia que liga os municípios de Serra do Navio e Santana, onde se localiza um embarcadouro denominado Porto de Santana, na latitude 0°3'43"S e longitude 51°11'28"W, situado na bacia do rio Amazonas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL MINERAL. Inaugurada a Mineração Pedra Branca do Amapari. In: Brasil Mineral OnLine, n°230, 04 nov. 2005. Disponível em: http://www.brasilmineral.com.br/BM/default.asp?COD=1977&busca=&numero=230. Acesso em: 05 nov. 2010.

_____. Minério de Ferro: MPF quer que MMX pague indenização de US$ 35 milhões. In: Brasil Mineral OnLine, n°325, 24 out. 2007. Disponível em: http://www.brasilmineral.com.br/BM/default.asp?COD=3258&busca=&numero=325. Acesso em: 05 nov. 2010.

_____. Minério de Ferro: Anglo Ferrous Brazil nasce grande. In: Brasil Mineral OnLine, n°364, 13 ago. 2008. Disponível em: http://www.brasilmineral.com.br/BM/default.asp?numero=364. Acesso em: 05 nov. 2010.

CAVALCANTE, Alcinéa. Ministério Público move ação contra MPBA e Anglo Ferrous, 22 mai. 2009. Disponível em: http://alcinea-cavalcante.blogspot.com/2009/05/ministerio-publico-move-acao-contra.html. Acesso em: 05 nov. 2010.

CHAGAS, Marco Antonio; OLIVEIRA, Marcelo. Sustentabilidade e Mineração: Uma Análise dos Relatórios de Sustentabilidade da Mineração Pedra Branca do Amapari, no estado do Amapá, Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento, 9 a 11 dez. 2008, Belém (PA). Disponível em: http://ecotumucumaque.com/artigos/Sustentab%5B1%5D...pdf. Acesso em: 05 nov. 2010.

CHAGAS, Marco Antonio; CUNHA, Alan; CHELALA, Charles. EIAs como Instrumento de Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia, Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento, 9 a 11 dez. 2008, Belém (PA). Disponível em: http://ecotumucumaque.com/artigos/EIAs%20como%5B1%5D...pdf. Acesso em: 06 nov. 2010.

GONÇALVES, Paulo César da Silva. Diagnóstico geoambiental do município de Pedra Branca do Amapari, Amapá, 2009. 115f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) - Fundação Universidade Federal do Amapá. Disponível em: http://dominiopublico.qprocura.com.br/dp/109417/Diagnostico-geoambiental-do-municipio-de-Pedra-Branca-do-Amapari--Amapa.html. Acesso em: 15 jun. 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009a. Santana. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=160015&r=2. Acesso em: 06 nov. 2010.

_____. 2009b. Pedra Branca do Amapari. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=160015&r=2. Acesso em: 06 nov. 2010.

LUNA, Denise. BNDES empresta R$ 580,4 milhões à MMX para projeto no Amapá. In: Estadão.com, 04 set. 2007. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/economia,bndes-empresta-r5804-milhoes-a-mmx-para-projeto-no-amapa,46235,0.htm. Acesso em: 06 nov. 2010.

MILANEZ, Bruno. A expansão da Siderurgia no Brasil: perspectivas da Justiça Ambiental. Texto em construção com o Grupo Articulação Siderurgia Rede Brasileira de Justiça Ambiental, fev. 2009. Disponível em: http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site_noticias_251411262.pdf. Acesso em: 05 nov. 2010.

OCMAL, Observatório de Conflictos Mineros de America Latina. Exploração de minério de ferro no município de Pedra Branca do Amapari, prevendo ainda a produção de ferro gusa e aço, em uma siderúrgica próxima à Vila do Estebão, no município de Santana, 10 set. 2009. Disponível em: http://www.olca.cl/ocmal/ds_conf.php?nota=Conflicto&p_busca=127. Acesso em: 05 nov. 2010.

REUTERS. Anglo Ferrous Brazil, ex-IronX, tem Eike Batista na presidência do conselho de administração. In: O Globo, 12 ago. 2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/08/12/anglo_ferrous_brazil_ex-ironx_tem_eike_batista_na_presidencia_do_conselho_de_administracao-547707119.asp>. Acesso em: 06 nov. 2010.

SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz. A história e os efeitos sociais da mineração no estado do Amapá, PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, nº 2, dez. 2009 Disponível em: http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/download/32/55. Acesso em: 06 nov. 2010.